

**CAMPO GRANDE**
— PREFEITURA —

EDITAL N. 10/2021 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO: CHAMAMENTO PÚBLICO

O MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da **SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DE CAMPO GRANDE MS**, através de sua Comissão de Seleção, nomeada pela Portaria “PE” SECTUR n. 24, de 20 de abril de 2021, publicada no DIOGRANDE n. 6.276 de 22 de abril de 2021 – página 47, conforme autorização contida no processo administrativo 20314/2021-36 e em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal 13.022/16 e demais legislações aplicáveis, torna público às Entidades interessadas que por este edital realiza o **CHAMAMENTO PÚBLICO REVIVA MAIS TURISMO**, objetivando a seleção de entidades sem fins lucrativos para firmar parcerias por meio de TERMO DE FOMENTO, para execução de projetos e ações de fomento e apoio a novos eventos geradores de fluxo turístico na cidade de Campo Grande MS, nos termos e condições estabelecidas neste edital.

OBTENÇÃO DO EDITAL:

- 1) no site <http://www.campogrande.ms.gov.br/sector> **e/ou**
- 2) no site <https://transparencia.campogrande.ms.gov.br/licitacoes/> **e/ou**
- 3) através do e-mail revivamaisturismo@gmail.com

Quaisquer informações acerca do presente edital podem ser obtidas ainda pelo telefone (67) 4042-1313 (Ramal 4315) das 07h30min às 13h30min de segunda-feira a sexta-feira.

PERÍODO, LOCAL E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: do dia **25 de maio a 09 de julho de 2021**, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriado, exclusivamente via correspondência, com AR (Aviso de Recebimento), para a sede da:

Secretaria de Cultura e Turismo, Rua Usi Tomi, nº 567, Carandá Bosque, Campo Grande (MS), CEP 79.032-425.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 12 de julho de 2021

1. DO OBJETO

1.1. Visando à democratização do acesso aos recursos do Fundo XX da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Sectur), este Edital de Chamamento Público tem por objeto o apoio à realização de novos eventos geradores de fluxo turístico no município de Campo Grande/MS, por meio de Termo de Fomento entre a Prefeitura Municipal de Campo Grande e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) interessadas. Este edital selecionará 02 (dois) projetos de até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e 04 (quatro) projetos de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais); as ações apoiadas neste edital deverão se enquadrar de um dos eixos temáticos abaixo:

EIXOS
Ecoturismo
Evento Gastronômico
Turismo de Esporte e Aventura
Turismo Histórico-Cultural
Turismo de Negócios e Eventos

1.2. Entende-se por *Ecoturismo* um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações, conforme definição do Caderno de Orientações Básicas de Segmentos Turísticos do Ministério do Turismo. Portanto, eventos que busquem a promoção do patrimônio cultural e natural, incentivando a conservação ambiental e que gerem fluxo turístico serão enquadrados aqui.

1.3. Entende-se por *Evento Gastronômico*, aquele que coloca em evidência e divulga a culinária, gastronomia, temperos e/ou matérias-primas da culinária regional e que remetam à cultura sul-mato-grossense. Caso haja entrega de premiação, seja em espécie ou não, este custo não será contemplado nesta parceria. O proponente deverá indicar quem será responsável por esta despesa em seu plano de trabalho.

1.4. Entende-se por *Turismo de Esporte e Aventura* os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades esportivas e de aventura com caráter recreativo e não competitivo, conforme a definição do Caderno de Orientações Básicas de Segmentos Turísticos do Ministério do Turismo. Portanto, eventos que tenham a prática de atividades esportivas em meio natural e/ou de aventura, sem caráter competitivo, e que gerem fluxo turístico, serão enquadrados aqui. A entrega de medalhas e/ou troféus, desde que sejam caracterizados como “prêmios de participação”, ou lembrança de participação, não atribuem cunho competitivo ao evento. Estes itens não poderão ser pagos neste edital, devendo o proponente indicar quem será responsável por esta despesa em seu plano de trabalho.

1.5. Entende-se por *Turismo Histórico-Cultural*, ações e eventos que considerem os patrimônios histórico e cultural, os bens de natureza material e

imaterial que expressam ou representam a memória e a identidade das populações e as comunidades, que venham contribuir para a valorização da identidade local, a preservação da cultura e a promoção do desenvolvimento sustentável.

1.6. Entende-se por *Turismo de Negócios e Eventos*, o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social. Eventos que gerem fluxo de turistas a partir da realização de seminários, congressos, simpósios, encontros, entre outros deste segmento serão enquadrados aqui.

1.7. Formalização de Parceria, por Termo de Fomento, com Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos (OSC) para execução de ações de fomento e apoio a novos eventos geradores de fluxo turístico no município de Campo Grande, visando o crescimento e o desenvolvimento da atividade turística no município, em regime de mútua colaboração com a administração pública, para execução no período 01 de outubro de 2021 a 30 de março de 2022, daqueles projetos que mais pontuarem nos critérios de seleção de projeto.

1.8. Todos os eventos que tiverem apoio financeiro da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo deverão seguir as normas e os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, bem como pelo Ministério do Turismo, fazendo-se a adesão ao “Selo Turismo Responsável” nos segmentos em que forem cabíveis. Mais informações sobre este selo poderão ser obtidas pelo seguinte endereço eletrônico: www.turismo.gov.br/seloresponsavel.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Os recursos para o desenvolvimento desta atividade serão na ordem de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), oriundos de recursos próprios da SECTUR e correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 3700F

Projeto atividade: 23.695.132038

Plano de Trabalho: 101 13 392 1 4053

Elemento de despesa: 33504300

3. DA NATUREZA DO APOIO FINANCEIRO

3.1. O apoio deverá abranger apenas despesas com divulgação, estrutura, honorários para palestrantes e/ou equipamentos de proteção individual (EPI).

3.1.1. Entende-se como *despesas com divulgação*: os custos com confecções e impressões de folders, *flyers*, cartazes, *banners*, painéis rodoviários, *outdoors*, camisetas, bonés, artes e logos, criação de site promocional, entre

outras ações com a finalidade de divulgar e promover o referido evento. Não será aceita a aquisição de patrimônio ou bens permanentes neste item.

3.1.2. Entende-se como *despesas com estrutura*: a locação de arquibancadas, de espaço físico, cercamento, palco, sistema de som e/ou iluminação, grades de proteção ou isolamento de área, banheiros químicos, tendas, barracas, coberturas, contratação de equipe/pessoal de segurança, recepção, e outras despesas que visem proporcionar as condições físicas para que ocorra o evento proposto.

3.1.2.1. Poderão ser custeadas as despesas com contratação/locação de equipamentos e equipe para transmissão on-line do evento, desde que este não ocorra somente em ambiente virtual.

3.1.3. Entende-se como *pagamento de honorários para palestrante(s)*: a remuneração paga ao profissional que participará do evento atuando como palestrante/conferencista. Neste valor poderão estar inclusos, as despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação, além, é claro, de sua própria remuneração. Este valor estará limitado a 20% do total solicitado à Secretaria de Cultura e Turismo de Campo Grande, MS, por meio deste edital.

3.1.3.1. São vedados os pagamentos de honorários, de remuneração ou de serviços musicais prestados, sendo estes considerados como cachê, item não contemplado por este edital.

3.1.3.2. Não serão consideradas, portanto não serão pagas, despesas isoladas de alimentação, deslocamento e/ou hospedagem. Todas estas deverão estar inseridas e contempladas nos honorários e inseridas no plano de trabalho. A ocorrência desta situação desclassificará a proposta.

3.1.4. Entende-se por *equipamentos de proteção individual (EPI)*: todo aquele que deve ser usado na proteção dos usuários e colaboradores de um determinado evento/espço, como máscaras de tecido, máscara de proteção plástica para o rosto, luvas descartáveis, álcool em gel, entre outros equipamentos que tenham como finalidade a proteção individual dos envolvidos no evento e que atendam as diretrizes de biossegurança, em especial no combate à Covid-19.

3.1.5. Fica vedada a proposição de aquisição de bens móveis/imóveis e/ou materiais permanentes neste Edital, a ocorrência desta proposição desclassificará a proposta.

3.1.6. Este edital selecionará exclusivamente *Novos Eventos* geradores de fluxo turístico em Campo Grande/MS. Portanto, serão desclassificados eventos que já tenham sido realizados uma vez na cidade, mesmo que, em anos anteriores não subsequentes.

3.2. No caso de evento em que haja cobrança de ingresso/inscrição, ou algum valor para ter acesso ao espaço/serviço oferecido com uso de recurso da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Sectur), estas receitas deverão ser

apresentadas na Proposta (Anexo II) e comprovadas na Prestação de Contas, e só poderão ser utilizadas para pagamentos de despesas realizadas na execução do objeto da parceria.

3.2.1. A ausência da apresentação de outras receitas, além da solicitada à Sectur, bem como a falta do sistema ou metodologia para controle e destinação dentro do objeto/evento, inabilitará a proposta, independentemente da fase do processo de apoio ao evento. Portanto, se a cobrança for descoberta após a habilitação, seleção da proposta e/ou formalização do Termo de Fomento, esta será revogada ou rescindida e o recurso, caso tenha sido repassado, será devolvido à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Sectur), sem prejuízo de outras providências cabíveis, em especial no tocante a verificação de má-fé da proponente.

3.2.2. A execução do evento com cobrança de ingresso/inscrição, sendo que esta não tenha sido citada na proposta inicial, tampouco a que se destinava, ocasionará a não aprovação da Prestação de Contas e, conseqüentemente, a devolução dos recursos, com a devida correção, por parte do proponente.

3.2.3. A exploração de áreas restritas tais como, camarotes, espaços de comercialização terceirizados e afins, deverá ser informada na Proposta, e será administrada diretamente pelo Parceiro, sendo vedada a contratação de terceiros e/ou o chamamento de empresas para esta finalidade, e esta somente poderá ocorrer se os valores arrecadados com a cobrança forem revertidos para a consecução do objeto pactuado, valendo as mesmas regras do *caput* do item 3.2 quanto ao uso de recurso público.

3.2.4. Na ocorrência de apoio financeiro por outras entidades públicas ou privadas ao evento objeto da Parceria, o Parceiro deverá apresentar declaração de seu representante e dos patrocinadores do evento, quando for o caso, especificando o montante do patrocínio das entidades públicas e privadas e os itens custeados por cada um dos patrocínios do evento, bem como o instrumento firmado entre o Parceiro e os patrocinadores em que constem tais informações, juntamente com fotos de cada item patrocinado.

3.2.5. O apoio financeiro por outro ente público da esfera municipal desclassificará a proposta apresentada.

3.2.6. Os valores mencionados nos subitens de 3.2.1 a 3.2.4 deste artigo deverão integrar a Prestação de Contas da Parceria, conforme prevê Art. 66 da Lei 13.019/2014.

3.3. Propostas com solicitação de apoio a itens não previstos neste edital serão desclassificadas deste processo de seleção.

4. DAS INSCRIÇÕES, ENTREGA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, PRAZOS E CRONOGRAMA

4.1. As propostas, em conformidade com o projeto constante no objeto acima, deverão ser entregues, no período de **25 de maio a 09 de julho de 2021**, mediante ofício (formulário - Anexo I) que deverão ser enviadas exclusivamente por correspondência, com Aviso de Recebimento (AR), para a sede da:

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO
Rua Usi Tomi, nº 567, Carandá Bosque
Campo Grande (MS), CEP 79.032-425

4.1.1. O horário de expediente da Secretaria de Cultura e Turismo é de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 13h30min. Telefone (67) 4042-1313 (Ramal 4315).

4.2. Os envelopes lacrados contendo as propostas remetidas pelos Correios ou quaisquer outros meios de serviços postais, que porventura chegarem ao destino (Sectur) após a data estabelecida como prazo limite (data e hora), não serão aceitos, sendo inabilitados para este edital.

4.3. A inscrição do interessado implicará na ciência e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como de todos os termos dos seus Anexos, da Lei Federal 13.019/2014 e do Decreto Municipal 13.022/2016, em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4. A apresentação de PROPOSTA pelas Organizações da Sociedade Civil é gratuita e será realizada por meio da entrega de envelope lacrado contendo os seguintes documentos em VIAS ORIGINAIS, ou em CÓPIAS AUTENTICADAS, com FIRMA RECONHECIDA:

- a) Ofício (Anexo I);
- b) Proposta (Anexo II);
- c) Declaração constante no Anexo III e Anexo IV (se for o caso, ler item 4.4.1);
- d) Documentos enumerados no item 6 (seis) deste Edital; e
- e) Demais comprovações relacionadas aos critérios de seleção e julgamento (item 8 deste edital).

4.4.1. Caso o evento proposto tenha o apoio da *Instância de Governança Regional Caminho dos Ipês*, deverá ser preenchido o Anexo IV, com assinatura do presidente/responsável, e inserido no envelope lacrado juntamente com o restante da documentação citada no item acima. A não apresentação da declaração não eliminará a proposta, porém não poderá ser juntada ao processo em outro momento.

4.4.2. Cada envelope poderá conter somente 01 (uma) proposta dentro. O não cumprimento deste item inabilitará todas as propostas enviadas neste envelope.

4.5. No envelope lacrado, contendo os documentos acima mencionados, deverão constar, externamente, nos espaços para REMETENTE e DESTINATÁRIO, as seguintes informações:

DESTINATÁRIO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SECTUR Nº 10/2021
SECTUR - Secretaria de Cultura e Turismo de Campo Grande MS
Rua Usi Tomi, 567 - Carandá Bosque – Campo Grande MS
CEP: 79032-425

REMETENTE:

NOME DA OSC:

NOME DO PROJETO:

ENDEREÇO DA ORGANIZAÇÃO PROPONENTE

(Rua, nº, Complemento, Bairro, Cidade, Estado, CEP)

Eixo: Ecoturismo __, Gastronômico __, Esporte e

Aventura __, Histórico-Cultural __, Negócios e Eventos __. (marque a opção)

4.5.1. A não identificação do envelope conforme estabelecido neste item eliminará a proposta.

4.6. O protocolo da Proposta ou seu envio via correspondência mediante Aviso de Recebimento, no prazo legal, implica na aceitação, por parte da Organização da Sociedade Civil proponente, das condições estabelecidas neste Edital.

4.7. A apresentação da proposta é ato meramente declaratório, sendo que os requisitos previstos no Inciso I do caput do Artigo 2º, nos incisos I a V do caput do Artigo 33 e nos incisos II a VII do caput do Artigo 34 da Lei Federal nº 13.019/2014 e não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que tratam o artigo 39 da referida Lei serão verificadas por meio da apresentação dos documentos elencados no inciso I a X do Artigo 26 e declarações elencadas no Decreto Municipal nº 13.022/2016 em fase posterior, antes da assinatura do termo de fomento, caso haja seleção da proposta.

4.8. O processo seletivo obedecerá ao seguinte cronograma:

CRONOGRAMA

Publicação do Edital de Chamamento no Diário Oficial	25 de maio de 2021
Recebimento dos envelopes lacrados	25/05/2021 a 09/07/2021
Data para abertura dos envelopes	12 de julho de 2021
Análise pela Comissão de Seleção dos Documentos e Projetos Básicos	23 de julho de 2021

Divulgação do Resultado Preliminar com os projetos habilitados e suas pontuações e os inhabilitados.	26 de julho de 2021
Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar – Análise feita pela Comissão de Seleção	De 26/07/2021 a 30/07/2021
Análise dos recursos	06 de agosto de 2021
Divulgação do resultado dos recursos e atualização dos habilitados, se o caso	13 de agosto de 2021
Homologação dos Resultados	16 de agosto de 2021
Convocação das OSC para envio do restante da documentação, abertura de processos e assinatura dos Termos de Fomento.	A partir de 30/08/2021

4.8.1. Os recursos (Anexo XXVIII) deverão ser interpostos através de ofício, a serem enviados para a Secretaria de Cultura e Turismo de Campo Grande MS, de forma física ou eletrônica pelo e-mail *revivamaisturismo@gmail.com*, conforme prazo estabelecido no item 4.8.

4.8.2. O envelope para a interposição de recurso deverá ser identificado externamente da seguinte forma:

DESTINATÁRIO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SECTUR Nº 10/2021 - **RECURSO**
 SECTUR - Secretaria de Cultura e Turismo de Campo Grande MS
 Rua Usi Tomi, 567 – Carandá Bosque – Campo Grande MS
 CEP: 79.032-425

REMETENTE:

NOME DA OSC:

NOME DO PROJETO:

ENDEREÇO DA ORGANIZAÇÃO PROPONENTE

(Rua, nº, Complemento, Bairro, Cidade, Estado, CEP)

Eixo: Ecoturismo ____;

Gastronômico ____;

Esporte e Aventura ____;

Histórico-Cultural ____;

Negócios e Eventos ____.

4.8.3. O recurso que for encaminhado ao e-mail *revivamaisturismo@gmail.com* deverá identificar no “Assunto” as seguintes informações:

Assunto: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SECTUR Nº 10/2021 - RECURSO - NOME DA OSC / NOME DO PROJETO/OBJETO:

4.8.3.1. O ofício com o recurso deverá ser assinado pelo representante legal do proponente e anexado ao e-mail em formato "PDF". O envio do ofício em outro formato inabilitará o pedido de recurso, bem como a falta de assinatura neste documento.

4.8.3.2. Como o recurso trata de pedido de reconsideração sobre decisão da Comissão de Seleção, tomada a partir do conteúdo do envelope lacrado ou fato apresentado na Proposta, não será aceito o envio de outros documentos que substituam ou complementem as informações prestadas anteriormente. Não é permitida a "juntada" de novas informações à proposta.

4.8.4. O recurso que chegar, por e-mail, à Secretaria de Cultura e Turismo fora do prazo estipulado no cronograma acima não será aceito, tampouco considerado.

4.9. A aprovação da proposta não gerará direito à celebração da parceria.

5. DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES

5.1. O Edital e os anexos compreendendo as especificações técnicas do objeto estarão disponíveis gratuitamente no sítio eletrônico da SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DE CAMPO GRANDE MS - <http://www.campogrande.ms.gov.br/sectur/> e todas as comunicações serão publicadas no Diário Oficial de Campo Grande MS - <http://portal.capital.ms.gov.br/diogrande>.

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. As propostas terão caráter eliminatório e classificatório e serão avaliadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos neste edital. As propostas, conforme anexo II, deverão tratar de todo o evento, e não apenas partes do evento. O não cumprimento desta condição inabilitará a proposta.

6.1.1. A execução de ações ou situações não previstas na proposta, anexo II, principalmente quando se tratar de receitas impedirá a celebração do Termo de Fomento se este ainda não tiver sido feito, ou até mesmo poderá provocar a devolução dos recursos nos casos em que o pagamento já tiver ocorrido.

6.2. As propostas deverão ser apresentadas na forma constante no Anexo II deste Edital, elaboradas em língua portuguesa, digitada, rubricada em todas as suas folhas e assinada na última.

6.3. Será eliminada a Organização da Sociedade Civil cuja proposta esteja em desacordo com qualquer um dos termos deste edital, em desconformidade com a Lei 13.019/2014 e Decreto Municipal 13.022/2016 ou que não contenha as seguintes informações:

I - a descrição da realidade do objeto da parceria e o nexo com a atividade da entidade e o projeto proposto em conformidade com o seu Estatuto;

II - justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos voltados ao Turismo do Município de Campo Grande, a relação entre a proposta apresentada e os objetivos a serem alcançados e resultados esperados;

III - cronograma de execução com descrição das ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

IV - os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas;

V - estimativa dos recursos financeiros;

VI - declaração de capacidade técnica e operacional (conforme anexo III);

VII - o Valor Global da proposta deverá ser de: até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo contempladas 02 propostas neste valor; ou até R\$100.000,00 (cem mil reais), sendo contempladas até 04 propostas neste valor.

VIII - estatuto da Organização da Sociedade Civil (OSC) e suas alterações;

IX - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

X - 03 (três) orçamentos, no mínimo, de cada meta/item proposto visando demonstrar que os valores estão de acordo com o praticado no mercado e que não há indícios de superfaturamento. Somente serão considerados orçamentos em papel timbrado, com CNPJ da empresa, carimbado pela empresa e assinado pelo proprietário/representante legal desta.

XI - Declaração de apoio da instância de Governança Regional Caminho dos Ipês, se houver, conforme anexo IV. A assinatura efetuada por pessoa que não represente esta instância de Governança invalidará este documento.

XII – Declaração de apoio do Conselho Municipal de Turismo de Campo Grande se houver, conforme anexo IV-A. A assinatura por pessoa que não representa este Conselho invalidará este documento.

6.4. A proposta deverá tratar o evento em sua totalidade, apresentando todos os aspectos e características deste acontecimento. O que não for mencionado na proposta será entendido, pela Comissão de Seleção, como inexistente.

6.4.1. A Comissão de Seleção poderá buscar informações ou pesquisar a respeito das mesmas citadas na proposta, a fim de verificar ou atestar sua autenticidade.

6.4.2. A falta de apresentação detalhada de todo o evento na proposta (ANEXO II), desclassificará a mesma, pois impedirá a avaliação de todos os componentes e detalhes do evento.

6.5. O objeto da proposta deverá ser executado pela proponente, não sendo permitida a subcontratação ou “terceirização” para este fim. A ocorrência desta situação inabilitará a proposta.

6.6. O orçamento deverá ser fornecido por empresa que efetivamente execute aquele serviço ou que venda aquele produto. Não é permitida a intermediação por outra empresa ou terceiro. A constatação desta situação anulará este orçamento e inabilitará a proposta.

7. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

7.1. O processo de seleção das propostas apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC) será realizado mediante análise da Comissão de Seleção devidamente nomeada para tal.

7.2. O processo de seleção compreenderá às seguintes fases:

7.2.1. Recebimento e abertura dos envelopes: nessa fase, serão recebidas as propostas, em envelope lacrado, para concorrência do presente Chamamento Público, nos termos deste Edital. Após a abertura dos envelopes e conferência das propostas e dos documentos estipulados neste edital, serão consideradas habilitadas ou inabilitadas as propostas seguindo para a avaliação;

7.2.2. Avaliação: nesta fase serão avaliados, com base nos critérios estipulados neste edital, os documentos constantes no envelope, como a Proposta e os documentos necessários e exigidos. Esta fase é eliminatória e classificatória. A Comissão de Seleção poderá fazer levantamentos e pesquisas no intuito de comprovar a veracidade das informações fornecidas. Não será permitida a juntada de documentos ou alterações na proposta nesta fase.

7.2.2.1. O estatuto da OSC deverá ter previsão para a realização do que ela se propõe a fazer no projeto. Não havendo essa previsão a proposta será inabilitada.

7.2.2.2. A proposta que não estiver em consonância com os objetivos estatutários desta Secretaria de Cultura e Turismo (Lei n. 5.793 de 03 de janeiro de 2017) será eliminada nesta fase.

7.3. Homologação dos resultados: serão habilitadas as propostas que obtiverem pontuação igual ou superior a 12 (doze) pontos, sendo classificadas de acordo com a pontuação obtida nos critérios de avaliação no item 8.1. deste

edital, da maior para a menor pontuação. A efetiva celebração do termo de fomento respeitará o limite de valor estipulado para este edital no item 2.1.

7.4. Todos os atos do procedimento de chamamento público serão públicos, salvo quanto ao conteúdo dos envelopes, até a data de sua abertura, que deverá ser realizada sempre em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos representantes das organizações da sociedade civil presentes e pelos membros da Comissão de Seleção.

7.5. De acordo com o item 1.1, serão selecionadas para apoio 02 (duas) propostas com valores de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e mais outras 04 (quatro) propostas com valores de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

7.5.1. A classificação das propostas será apresentada da maior pontuação para a menor, sendo que as 02 (duas) propostas de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) que tiverem a maior pontuação poderão ter Termo de Fomento celebrado, bem como as 04 (quatro) propostas de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) que somarem as maiores pontuações, também terão direito a celebração de Termo de Fomento com esta Secretaria.

7.5.2. É possível que o número total de propostas com direito a apoio seja maior do que 06 (seis) projetos. Isso poderá ocorrer no caso em que as 02 (duas) primeiras propostas de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) não totalizarem o valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e as propostas no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) não totalizarem o valor total de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). O valor não comprometido nestas propostas poderá ser usado para custear propostas de menor valor.

7.6. Cada OSC poderá ter, inicialmente, somente uma proposta habilitada e apoiada.

7.6.1. Uma OSC poderá ter uma segunda proposta selecionada e apoiada se, exclusivamente, após a avaliação dos critérios de todas as propostas concorrentes, não restar nenhuma outra que esteja acima da pontuação mínima de 12 (doze) pontos, e que ainda haja saldo financeiro neste edital para apoio.

7.7. No caso em que houver a habilitação e seleção de duas, ou mais, propostas de eventos, caso intentado para realização em datas concomitantes entre elas, e/ou que coincidam em pelo menos um dia, independentemente do horário, terá preferência de apoio à realização a mais pontuada dentre elas.

7.7.1. A proposta menos pontuada, de duas ou mais aprovadas, poderá ser executada desde que o proponente concorde em alterar e ajustar a data de realização. Este procedimento será feito durante o processo de avaliação das propostas.

8. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.1. A Comissão de Seleção utilizará os critérios citados nas tabelas abaixo para classificação das propostas:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				Peso	Pontos
Critério / Pontuação	2	1	0		
1. Estratégia prevista para execução das ações	Não se aplica	Prevista	Não prevista	2	
2. Relação entre o valor solicitado e o valor total do evento	Não se aplica	Possui relação	Não possui relação	2	
3. Ações preventivas de garantia dos direitos humanos de crianças, adolescentes e mulheres	Não se aplica	Haverá	Não haverá	2	
4. Ações e práticas de garantia dos direitos humanos de pessoas com deficiência	Não se aplica	Haverá	Não haverá	2	
5. Contribui para a diminuição da sazonalidade	Não se aplica	Sim, pois é em "baixa temporada"	Não, pois é em "alta temporada"	3	
6. Evento com apoio da Instância de Governança Regional Caminho dos Ipês	Não se aplica	Com apoio	Sem apoio	3	
7. Incremento PREVISTO no fluxo turístico do Município de Campo Grande	Grande Porte (mais de 600 PAX's)	Médio Porte (entre 201 e 600 PAX's)	Pequeno Porte (até 200 PAX's)	3	
8. Abrangência da divulgação/promoção do evento	Internacional	Nacional/ Estadual	Não se aplica	3	
9. Seguro de Vida	Não se aplica	Com	Sem	1	
10. Origem do fluxo turístico	Internacional	Nacional/ Estadual	Não se aplica	3	
11. Evento a ser realizado em espaço aberto, ao ar livre ou com ampla ventilação.	Não se aplica	Será	Não será	4	
12. Evento com apoio do COMTUR – Conselho Municipal de Turismo	Não se aplica	Com apoio	Sem apoio	3	
TOTAL					

Descrição dos Critérios de Seleção dos Projetos:

1 - Estratégia prevista para execução das ações: Se as ações previstas na proposta possuem uma estratégia de realização exequível e se contribuíram para o êxito do evento. Estas estratégias e suas ações devem estar expostas e detalhadas no projeto do evento (anexo II) para avaliação da Comissão. Sua ausência não permitirá a pontuação neste critério (Peso 2).

2 - Relação entre valor solicitado e o valor total do evento: Se o evento poderá ser realizado somente com o apoio solicitado. Leva-se em consideração o valor do evento e o valor aqui solicitado. Eventos com valores superiores ao apoio a ser obtido com a Secretaria de Cultura e Turismo precisarão de outras fontes e parceiros para sua realização, e estas fontes e parcerias deverão ser demonstradas e comprovadas documentalmente no envelope. Não havendo esta comprovação, esta pontuação não será atribuída (Peso 2).

3 - Ações preventivas de garantia dos direitos humanos de crianças, adolescentes e mulheres: Leva-se em consideração se o evento adotará medidas para prevenir e apoiar o combate a todo e qualquer desrespeito ao ser humano, como o combate a exploração sexual de crianças e adolescentes, combate ao turismo sexual, respeito aos direitos dos consumidores, combate ao trabalho escravo, combate a violência contra mulher, combate ao uso de drogas, entre outras campanhas existentes e apoiadas pelo poder público federal/estadual/municipal. Esta ação pode ser desenvolvida com a divulgação do “disque 100” em todas as peças de divulgação do evento, ou ainda, com a disponibilização de voluntários, servidores, terceirizados fazendo atendimentos durante e no local do evento. A pontuação será cumulativa no caso de serem usadas mais de uma forma de divulgação destas ações (Peso 2).

4 - Ações e práticas de garantia dos direitos humanos de pessoas com deficiência: Leva em consideração se o evento respeitará as normas de acessibilidade, banheiros adaptados, entre outras ações possíveis. O fato de estar vigente a Lei Federal 10.098/00, não gera a pontuação automaticamente, pois apesar deste dispositivo legal exigir medidas que permitam a acessibilidade, ainda existem muitos espaços que não o atendem, sendo assim, necessária a sua comprovação neste critério.

5 - Contribui para a diminuição da sazonalidade: Se o evento é realizado em uma época de baixa ocupação hoteleira no município, contribuindo assim para diminuir os impactos da sazonalidade. Será considerada alta temporada as datas de feriados nacionais e estaduais, bem como os períodos de férias escolares em julho e dezembro (Peso 3).

6 - Evento com apoio do conselho ou Instância de Governança Regional Caminho dos Ipês: Leva em consideração se o evento terá o apoio da Instância de Governança Regional Caminho dos Ipês. Este apoio será feito por declaração de apoio emitida pelo gestor da Instância de Governança Regional Caminho dos Ipês, segundo o modelo anexo (anexo IV). A instância, para ser considerada em funcionamento e ter validade a declaração, precisará enviar atas de pelo menos duas reuniões ocorridas dentro do período de 12 meses, a ser contado pela data de expedição da referida declaração (Peso 3).

7 - Incremento PREVISTO no fluxo turístico em Campo Grande: Se as ações previstas no projeto gerarão fluxo turístico no município. Este incremento previsto será enquadrado em 03 (três) categorias (pequeno, médio e grande porte) de acordo com comprovações em pesquisas, cartas de anuência, e outras formas de comprovação de fluxo turístico. A não citação destas informações impedirá a avaliação da Comissão de Seleção e não haverá atribuição de pontuação neste item (Peso 3).

8 - Abrangência da divulgação/promoção do evento: Leva em consideração a abrangência da divulgação e promoção que será feita do evento. No projeto básico deverá ser explicitado como e onde ocorrerá esta divulgação. Não será considerado como divulgação nacional/internacional somente a criação de um portal/site. É preciso ser demonstrada a estratégia de divulgação, inclusive por meio das redes sociais, para haver a pontuação de acordo com a abrangência desta. A não comprovação ou constatação da estratégia e promoção impedirá a pontuação neste critério (Peso 3).

9 - Seguro de Vida: Leva em consideração a previsão de contratação de seguro de vida para os participantes do evento. Para a pontuação deste item será necessária a apresentação de proposta e a não apresentação do seguro não invalida a proposta, apenas não pontua nesse item (Peso 3).

10 - Origem do fluxo turístico: Leva em consideração a origem dos participantes (aqui não são considerados os palestrantes, apresentadores, conferencistas, discursistas, oradores, locutores, debatedores, mediadores e outros que façam parte da programação/organização) do evento, independentemente da abrangência da divulgação. A comprovação será feita pelo perfil do público que participará. A comprovação deve ser feita por relatório de inscrições ou pré-inscrições, deste público, nacional/internacional, para o evento pleiteado neste edital. Para a comprovação deste item poderá ser usado *link* de *site* de inscrição, desde que permita a aferição destas informações por parte da Comissão de Seleção. Para a atribuição de pontos como evento nacional, pelo menos 50% do público esperado deverá ser oriundo de fora do estado, enquanto para eventos internacionais, será exigido pelo menos 20% do público esperado para o evento, proveniente de fora do Brasil. Esta porcentagem será tirada a partir da previsão de público esperado pelo proponente. Somente a citação, ou inclusão do nome, de que será nacional/internacional não gerará a pontuação neste item (Peso 3).

11 - Evento a ser realizado em espaço aberto, ao ar livre ou com ampla ventilação: Leva em consideração se o evento ocorrerá, predominantemente (em mais de 70% do seu tempo) em espaço aberto ou com ampla ventilação, diminuindo os riscos de contaminação dos participantes, dando assim mais segurança ao evento. O cumprimento dos demais protocolos é obrigatório para todas as propostas e não gerará pontuação aqui (Peso 4).

12 - Evento com apoio do Conselho Municipal de Turismo: Leva em consideração se o evento terá apoio do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Este apoio será feito por declaração de apoio emitida pelo gestor do COMTUR, segundo o modelo (anexo IV – A) A instância para ser considerada em funcionamento e ter validade a declaração, precisará enviar atas de pelo menos duas reuniões ocorridas dentro período de 12(doze) meses, a ser contado pela data de expedição da referida declaração (Peso 3).

8.2. Ocorrendo empate, serão adotados os seguintes critérios de desempate:

- a) Maior pontuação no item 11;
- b) Maior pontuação no item 10;
- c) Maior pontuação no item 08;
- d) Maior pontuação no item 07;
- e) Maior pontuação no item 06;
- f) Maior pontuação no item 05;
- g) Maior pontuação no item 01;
- h) A proposta com menor valor solicitado à Secretaria de Cultura e Turismo;
- i) A proposta que possua menor valor total para a consecução do objeto;
- j) Maior número de parcerias e ou convênios já realizados nas áreas em que se pretende realizar o convênio;

8.3 A classificação obedecerá à quantidade de pontos obtidos pelas proponentes de forma decrescente, do maior para o menor.

8.4. Serão inabilitadas as propostas que somarem menos de 12 (doze) pontos nos critérios de avaliação.

8.5. A pontuação a ser atribuída às propostas será sempre com números inteiros, não sendo possível o fracionamento destes.

8.6. A habilitação e seleção de uma proposta não gerará obrigação na celebração de Termo de Fomento.

9. DA FONTE DOS RECURSOS, VALOR E CARÁTER DE APOIO

9.1. O montante de recursos destinado ao presente Edital é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), provenientes da Secretaria de Cultura e Turismo de Campo Grande (Sectur), Fonte 3700F, Elemento de despesa: 33504300.

9.2. Os repasses de recursos das parcerias celebradas ou a celebrar, efetuadas no próximo exercício correrão por conta do respectivo documento dentro da mesma programação financeira.

10. DO PLANO DE TRABALHO E DA DOCUMENTAÇÃO

10.1. Após a divulgação do resultado definitivo do processo de seleção, a Organização da Sociedade Civil (OSC) selecionada será convocada para apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir desta convocação, conforme artigo 25 do Decreto Municipal 13.022/2016, o **Plano de Trabalho**, anexos V a VIII deste edital, que deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - a forma de execução das ações indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede. A não citação da atuação em rede no projeto/proposta do evento inabilitará a proposta, independentemente do estágio em que o processo se encontre;

III - descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;

IV - a definição de indicadores, documentos e dos outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

V - a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos indiretos, necessários à execução do objeto;

VI - os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e

VII - as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso, os quais deverão ser informados na forma do §1º do art. 37 do Decreto Municipal 13.022/2016.

10.1.1. A previsão de receitas e de despesas, de que trata o subitem 10.1, inciso V, deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, tais como cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público.

10.1.2. Somente será aprovado o Plano de Trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta (Anexo II), observados os termos e as condições constantes no edital.

10.1.3. Para fins do disposto no subitem 10.1.2, a Administração Pública do Município de Campo Grande poderá solicitar a realização de ajustes no Plano de Trabalho, observados os termos e as condições da proposta e do edital.

10.1.4. O prazo para realização de ajustes no Plano de Trabalho será de 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento da solicitação apresentada à Organização da Sociedade Civil. Este prazo deverá ser revisto no caso de eventos que tenham a realização antes deste período.

10.1.5. A aprovação do Plano de Trabalho não gerará direito à celebração do Termo de Fomento.

10.2. Além da apresentação do Plano de Trabalho, a Organização da Sociedade Civil (OSC) selecionada deverá no prazo de 15 (quinze) dias, conforme Decreto Municipal 13.022/2016, comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do Art. 2º, nos incisos I a V do caput do Art. 33 e nos incisos II a VII do caput do Art. 34 da Lei Federal nº 13.019/14, e

a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o Art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio dos seguintes documentos em vias originais ou em cópias autenticadas com firma reconhecida:

- I -** cópia dos documentos pessoais (RG e CPF) do (a) presidente da OSC;
- II -** cópia autenticada do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no Art. 33 da Lei Federal nº 13.019/14;
- III -** comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo;
- IV -** comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:
 - a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e com entidades da Administração Pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;
 - b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas, devidamente comprovadas;
 - c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela;
 - d) currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, quais sejam de dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
 - e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou de projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou
 - f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela organização da sociedade civil;
- V -** Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União disponível no link <https://www.gov.br/pt-br/categorias/financas-impostos-e-gestao-publica/impostos-e-obrigacoes/certidoes-e-outros-servicos>;
- VI -** Certidão Negativa de Débitos Estadual disponível no link <https://www.sefaz.ms.gov.br/servicos/certidao-negativa/>;
- VII -** Certidão Negativa de Débitos Gerais - CNDG, expedida pela Prefeitura de Campo Grande, disponível no link <http://certidoes.campogrande.ms.gov.br/#/debitosGerais>;
- VIII -** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF/FGTS), disponível no link <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;

IX - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), disponível no link <https://www.tst.jus.br/certidao1>

X - Ata de Posse da atual diretoria da organização da sociedade civil, devidamente registrada em cartório;

XI - Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de cada um deles **(Anexo X)**;

XII - Cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, tal como conta de consumo ou contrato de locação;

XIII - Declaração do representante legal da organização da sociedade civil com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei Federal n. 13.019/2014, as quais deverão estar descritas no documento **(Anexo XI)**;

XIV - Declaração de Ciência e Concordância **(Anexo IX)**;

XV - Declaração do inciso I, II e III do Art. 27, do Decreto nº 13.022/16 - **Anexo XII**;

XVI - Declaração de Adimplência com o Poder Público - **Anexo XIII**;

XVII - Declaração de Aplicação de Recursos - **Anexo XIV**;

XVIII - Declaração de abertura de Conta Corrente específica para o projeto com saldo zerado - **Anexo XV**;

XIX - Termo de atuação em Rede – **Anexo XVI**

10.3. É permitida a atuação em rede, por duas ou mais OSCs, para a realização de ações coincidentes (quando há identidade de intervenções) ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria, nos termos do Art. 35-A da Lei Federal nº 13.019/14 e Decreto Municipal 13.022/2016, devendo a rede ser composta por:

a) uma “OSC celebrante” da parceria com a Administração Pública Municipal (aquela que assinará o Termo de Fomento), que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto.

b) uma ou mais “OSCs executantes e não celebrantes” na parceria com a Administração Pública Municipal, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a OSC celebrante.

10.4. A atuação em rede será formalizada entre a “OSC celebrante” e cada uma das “OSCs executantes e não celebrantes” mediante assinatura de Termo de Atuação em Rede (Anexo XVI), que deverá especificar os direitos e as

obrigações recíprocas, estabelecendo, no mínimo, as ações, as metas e os prazos que serão desenvolvidos pela “OSC executante e não celebrante” e o valor a ser repassado pela “OSC celebrante”.

10.5. A “OSC celebrante” da parceria com a Administração Pública Municipal:

- a) deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no Art. 35-A da Lei Federal nº 13.019/14, a serem verificados por meio da apresentação dos documentos previstos no Decreto Municipal 13.022/2016
- b) deverá assegurar, no momento da celebração do Termo de Atuação em Rede (Anexo XVI), a regularidade jurídica e fiscal da “OSC executante e não celebrante”, que será verificada por meio da apresentação dos documentos previstos no Decreto Municipal 13.022/2016
- c) deverá comunicar a assinatura do Termo de Atuação em Rede, no prazo de até 60 (sessenta) dias da data de sua assinatura;
- d) em hipótese de rescisão do Termo de Atuação em Rede, deverá comunicar o fato à Administração Pública Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contadas da data de rescisão;
- e) será responsável pelos atos realizados pela rede, não podendo seus direitos e obrigações ser sub-rogados à “OSC executante e não celebrante”, observado o disposto no Decreto Municipal 13.022/2016

11. DA CELEBRAÇÃO

11.1. Depois de selecionada a Proposta, aprovado o Plano de Trabalho e verificada a regularidade dos documentos, a Organização da Sociedade Civil será convidada a formalizar o TERMO DE FOMENTO.

11.1.1. Após a seleção da proposta, novos documentos poderão ser solicitados de acordo com a necessidade dos órgãos de controle e novas legislações publicadas.

11.2. Será de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, providenciar a publicação do extrato do Termo de Fomento, conforme estabelece o Decreto Municipal 13.022/2016, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua assinatura.

11.3. O órgão ou a entidade da Administração Pública do Município de Campo Grande poderá autorizar ou propor a alteração do Termo de Fomento ou do Plano de Trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da Organização da Sociedade Civil, ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma, nos moldes do Decreto Municipal 13.022/2016.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A Sectur indicará no Termo de Fomento o Gestor da Parceria, o qual deverá acompanhar e fiscalizar o projeto HABILITADO, sem prejuízo das competências da Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pela Resolução “PE” Sectur nº24 de 20 de abril 2020, publicada no DIOGRANDE, nº 6.276, de 22 de abril de 2021, a quem incumbe realizar visitas ao local da prestação dos serviços e redigir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria, que será submetido à homologação pela Comissão, nos moldes da Lei 13.019/14 e Decreto Municipal 13.022/2016

12.2. A Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada, responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

12.3. A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá realizar visita técnica “*in loco*” para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas, as quais deverá notificar previamente a Organização da sociedade Civil, no prazo mínimo de três dias úteis anteriores à realização da visita técnica “*in loco*”. A visita técnica não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela entidade da Administração Pública do Município de Campo Grande, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado.

12.4. A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento não remunerado, de técnico especialista, servidor público ou não, que não seja membro deste colegiado para subsidiar seus trabalhos.

12.5. A conveniente deverá encaminhar para a Comissão de Monitoramento e Avaliação, via e-mail, “*pen drive*”, CD-ROOM ou outra mídia digital, em até 05 (cinco) dias após a realização do evento, imagens “brutas”, fotográficas e em vídeo, dos itens contratados no Plano de Trabalho, mesmo tendo havido a vistoria “*in loco*”, conforme orientações constantes no Anexo XXII.

13. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

13.1. A inexecução total ou parcial do Termo de Fomento ou o descumprimento de qualquer dispositivo do Edital enseja a sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Municipal 13.022/2016.

14. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

14.1. A Organização da Sociedade Civil selecionada deverá apresentar a prestação de contas na forma e prazos determinados na Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Municipal 13.022/2016 e Termo de Fomento, conforme modelos dos Anexos XVII a XX, acompanhadas dos respectivos comprovantes.

14.2. A Organização da Sociedade Civil selecionada deverá realizar a aplicação, durante o período de execução do objeto da proposta, de uma pesquisa, conforme anexo XXI, para aferir o perfil dos visitantes. Os custos de reprodução dos questionários e aplicação da pesquisa serão por conta da proponente, e a tabulação das informações será feita pelo Observatório/SECTUR, que poderá ainda, conforme disponibilidade, enviar um técnico para acompanhar este trabalho especificamente ou enviá-lo anteriormente para orientar a equipe que fará a aplicação.

14.2.1. A não aplicação, ou a aplicação fora dos padrões exigidos e estabelecidos pela Secretaria de Cultura e Turismo, poderá acarretar problemas na prestação de contas da referida parceria.

14.2.2. O envio dos questionários aplicados deverá ser feito em até 05 (cinco) dias após o término do evento.

14.3. A Sectur poderá exigir informações adicionais se houver necessidade de sanar dúvidas em relação aos comprovantes e formulários entregues para a prestação de contas.

14.4. Todas as despesas realizadas e comprovadas na prestação de contas deverão observar a pertinência com o objeto do Termo de Fomento e com o Plano de Trabalho.

15. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

15.1. Os Termos de Fomento a serem celebrados no ano de 2021 terão início na data de sua assinatura, e poderão ter vigência de até 06 (seis) meses, podendo ser aditado nos termos da Lei Federal nº 13.019/14 e Decreto Municipal 13.022/2016.

16. DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

16.1. A Organização Parceira se obriga a restituir o valor transferido pelo Parceiro Público, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, a partir da data de seu recebimento, na forma da legislação, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto da avença;
- b) quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas final e ensejar caso de Tomada de Contas Especial;

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho aprovado.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS RECURSOS

17.1. As Organizações da Sociedade Civil poderão apresentar recurso, junto à Sectur, contra o resultado preliminar, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, no período de 26/07/2021 a 30/07/2021, até às 13h30min, à Comissão de Seleção que a proferiu, mediante ofício específico e individualizado por projeto, ao qual concorre, com as razões fundamentadas de sua irresignação (Anexo XXIII).

17.2. Não caberá novo recurso da decisão proferida no item 17.1 deste Edital.

17.3. Os recursos que não forem considerados pela Comissão de Seleção, deverão ser encaminhados à autoridade competente para decisão final, nos termos do Art. 7º, inciso XI, do Decreto Municipal 13.022/2016.

17.4. Após o julgamento ou o transcurso do prazo para interposição de recurso a Comissão de Seleção, promoverá a homologação do resultado e divulgará, no seu sítio eletrônico oficial e no órgão oficial de imprensa, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

17.5. Decairá do direito de recorrer, a Organização da Sociedade Civil que não atender ao prazo recursal previsto ou apresentar recurso em desconformidade com o previsto neste edital.

17.6. Os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, bem como as informações adicionais eventualmente necessárias, deverão ser suscitados através do e-mail revivamaisturismo@gmail.com.

17.7. Em caso de desistência da Organização da Sociedade Civil em celebrar o Termo de Fomento, objeto do presente Edital, em qualquer uma de suas fases, deverá fazê-lo mediante ofício entregue fisicamente ou pelo e-mail revivamaisturismo@gmail.com, devidamente assinado pelo responsável pela OSC.

17.8. Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão dirimidos pela Comissão de Seleção e a Comissão de Monitoramento e Avaliação, juntamente com o Secretário de Cultura e Turismo do Município de Campo Grande.

17.9. O presente edital obedecerá a Lei Federal nº 13.019/14 e o Decreto Municipal nº 13.022/2016

17.10. Fica estabelecida a Minuta do Termo de Fomento constante no Anexo XXIV do Edital.

18. DOS ANEXOS

18.1. Os seguintes anexos:

I - Para apresentação da proposta:

- a) Anexo I - Ofício;
- b) Anexo II - Proposta;
- c) Anexo III - Declaração de Capacidade Técnica e Operacional;
- d) Anexo IV - Declaração de Apoio emitida pelo gestor da Instância de Governança Regional Caminho dos Ipês.
- e) Anexo IV – A – Declaração de apoio emitida pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTUR).

II - Para celebração da parceria:

- Anexo V - Plano de Trabalho - Descrição do Projeto ou Atividade;
- Anexo VI - Plano de Trabalho - Cronograma de Execução;
- Anexo VII - Plano de Trabalho - Plano de Aplicação;
- Anexo VIII - Plano de Trabalho - Cronograma de Receita e Despesa;
- Anexo IX - Declaração de Ciência e Concordância;
- Anexo X - Relação Nominal de Dirigentes;
- Anexo XI - Declaração de Não Impedimento
- Anexo XII - Declaração (inciso I, II e III do Art. 27, do Decreto nº 14.494/16);
- Anexo XIII - Declaração de Adimplência com o Poder Público;
- Anexo XIV - Declaração de Aplicação de Recursos;
- Anexo XV - Modelo de Declaração de Abertura de Conta Específica;
- Anexo XVI - Modelo de Termo de Atuação em Rede.

III - Para prestação de contas da parceria:

- Anexo XVII - Prestação de Contas - Relatório de Execução do Objeto;
- Anexo XVIII - Prestação de Contas - Relatório de Execução Financeira - Demonstrativo Físico Financeiro;
- Anexo XIX - Prestação de Contas - Relatório de Execução Financeira - Relação das Receitas e Despesas Realizadas;
- Anexo XX - Prestação de Contas - Relatório de Execução Financeira - Relação de Bens Adquiridos, Produzidos ou Transformados.;
- Anexo XXI - Pesquisa do perfil dos Turistas/Eventos;
- Anexo XXII - Modelo de Relatório Fotográfico dos itens contratados.

IV – Anexo XXIII – Recurso;

V - Anexo XXIV - Minuta do Termo de Fomento;

VI - Todos os anexos encontram-se disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria de Cultura e Turismo (<http://www.campogrande.ms.gov.br/sectur/>), para conferência, download e preenchimento, em conformidade com o Decreto Municipal 13.022/2016.